

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2011

(Do Sr. Dr. Jorge Silva)

Acrescenta o art. 9.º-A à Lei Complementar n.º 64, de 18 de maio de 1990, que “estabelece, de acordo com o art. 14, §9.º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º. Esta Lei acrescenta o art. 9.º-A à Lei Complementar n.º 64, de 18 de maio de 1990, que “estabelece, de acordo com o art. 14, §9.º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências”, a fim de tornar obrigatória a intimação pessoal do advogado da sentença que julga registro de candidatos a eleições municipais.

Art. 2.º. A Lei Complementar n.º 64, de 18 de maio de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte Art. 9.º-A:

“Art. 9º-A. Nos casos dos arts. 8.º e 9.º é obrigatória a intimação pessoal dos advogados constituídos nos autos para a eficácia da sentença.

Parágrafo único. É admitida a notificação por telefax.”

Art. 3.º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei Complementar 64/90, em seus arts. 8.º e 9.º, estabelece procedimentos da Justiça Eleitoral quando do julgamento de registros de candidatos a eleições municipais.

O prazo de recurso de apenas três dias é exíguo, e muitas vezes o candidato que teve seu registro impedido pela sentença acaba perdendo o direito de revisão, com graves prejuízos à sua participação nas eleições.

Cremos que é necessário estabelecer segurança maior nesses casos, impondo-se a notificação pessoal do advogado constituído nos autos. Para evitar que tal medida assecuratória retire agilidade desse procedimento, permitimos, de acordo com jurisprudência já dominante em diversos Tribunais, a notificação por fax.

A medida aperfeiçoará o tratamento da matéria e por certo, trará maior equilíbrio ao jogo político da democracia. Se houver fundadas razões para não se permitir a participação de candidato, que esta decisão passe pelo crivo do segundo grau de jurisdição e ocorra sem que pareça qualquer dúvida ou ocorra apenas por tecnicidades.

Por todo o exposto, conclamamos os Nobres Pares a aprovarem esta proposição.

Sala das Sessões, em de de 2012.

Deputado **DR. JORGE SILVA**